

Reformulação do Estado e acordo de salários, saídas para a crise

por Vera Saavedra Durão
do Rio

Exorcizando o "catastrofismo" e o "desânimo" que tomaram conta da sociedade brasileira, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, afirmou ontem, em mensagem enviada à abertura do IV Fórum de Debates Nacional sobre "como evitar a nova década perdida", patrocinado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), no BNDES, que "temos de ter confiança, o Brasil tem jeito" e, concomitantemente, descartou soluções do tipo "choques e pajelanças" para resolver os problemas da crise do País.

Na avaliação do ministro, a redefinição do papel do Estado — "tornado balofo e sem estrutura muscular, nos últimos dez anos"

—, o ajuste fiscal, a privatização, o apoio à agricultura, entre outras medidas em andamento, chegarão a uma "massa crítica" capaz de reverter o atual espírito de pessimismo e tornar o Brasil "socialmente mais justo, com um Estado eficiente e, assim, termos os anos 90 como ganhos".

O ex-ministro da Fazenda do governo Sarney, Luiz Carlos Bresser Pereira, discorda do ministro da Economia e propõe uma política de rendas para o País e, mais "um congelamento acordado com duração de uns dois meses para zerar a inflação atual, na casa dos 30%".

Bresser acha também que o governo está se saindo bem com seu ajuste fiscal, pois o Plano Collor I conseguiu reduzir em US\$

30 bilhões a dívida interna. "O Brasil está a um passo da estabilização. Porém, precisa, para zerar a inflação, de um congelamento acordado, bem projetado, sem tarifaço, para derrubar a inflação e o governo poder, depois, praticar uma política monetária ativa." Mailson da Nóbrega, também ex-ministro de Sarney e pai do Plano Verão, acha difícil manter estabilidade com uma inflação na casa dos 25%, e considera ilusão pensar que a inflação será domada sem haver antes um grande acordo político. A saída é por aí", disse.

O presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), disse que "sob pena de reproduzirmos as lições que levaram a 1937 e 1964, precisa-

mos transformar os mecanismos de representação política, para que os Poderes do Estado brasileiro estejam a serviço da sociedade.

Ibsen Pinheiro defendeu o parlamentarismo ou uma revisão do presidencialismo praticado atualmente no Brasil, para melhorar a representação do Poder Executivo. Defendeu o voto distrital. Segundo ele, de Minas Gerais para o Sul, há 90 milhões de habitantes e 40% de representantes parlamentares no Congresso. Enquanto de Minas para o Norte/Nordeste e Centro-Oeste há 60 milhões de pessoas e 60% de representação parlamentar. "Temos de inverter essa equação e redefinir o quadro partidário para termos um melhor sistema de governo."